

ENQUADRAMENTOS DA MÍDIA REGIONAL SOBRE ACESSIBILIDADE E DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Rosilene Conceição Maciel¹
Professora do Programa de Pós-Graduação em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce
rosilene.maciel@univale.br

Franco Dani Araujo e Pinto²
Professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce
franco.araujo@univale.br

Diego Jeangregorio Martins Guimaraes³
Professor do curso de Direito da Universidade Vale do Rio Doce
diego.guimaraes@univale.br

Vitória Cristina Alexandrino de Melo⁴
Estudante de Medicina da Universidade Vale do Rio Doce
vitoria.melo@univale.br

Ana Luísa Horta Andrade Pires⁵
Estudante de Medicina da Universidade Vale do Rio Doce
ana.horta@univale.br

Resumo

Este trabalho analisa a cobertura jornalística do portal *O Olhar*, de Governador Valadares (MG), sobre a denúncia de um paciente surdo que relatou dificuldades de atendimento em uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), publicada em 14 de maio de 2025. A pesquisa, de natureza qualitativa, utiliza a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2011; Correia, 2011; Herscovitz, 2007) para compreender como a reportagem mobilizou enquadramentos narrativos, selecionou fontes e deu visibilidade à comunidade surda. A análise foi organizada em três categorias operacionais – centralidade institucional, centralidade da experiência individual e pluralidade de vozes –, permitindo observar como a narrativa articulou discursos oficiais, relatos pessoais e repercussões políticas. Fundamentado em autores como Costa Filho (2021), Bisol (2020), Entman (1993) e Correia (2011), o estudo discute cidadania comunicativa, responsabilidade social da mídia e o conceito de *framing*. Os resultados apontam que a cobertura equilibrou o protagonismo do relato individual com a reprodução de informações institucionais, ampliando parcialmente a pluralidade de vozes e demonstrando o potencial do jornalismo local na promoção dos direitos humanos.

Palavras-chave: Jornalismo local, Direitos humanos, Enquadramento jornalístico, Pessoas com deficiência.

¹ Doutora em Design pela Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

² Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

³ Mestre em Gestão Integrada do Território pela Universidade Vale do Rio Doce (Univale)

⁴ Bolsista de iniciação científica pela Universidade Vale do Rio Doce (Univale)

⁵ Bolsista de iniciação científica com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)

Abstract

This study analyzes the journalistic coverage by the *O Olhar* news portal, from Governador Valadares (MG), of the complaint made by a deaf patient who reported difficulties in receiving care at an Emergency Care Unit (UPA), published on May 14, 2025. The research, qualitative in nature, applies content analysis (Bardin, 2011; Correia, 2011; Herscovitz, 2007) to understand how the report mobilized narrative frames, selected sources, and gave visibility to the deaf community. The analysis was organized into three operational categories — institutional centrality, centrality of individual experience, and plurality of voices —, allowing us to observe how the narrative articulated official discourses, personal testimonies, and political repercussions. Grounded in authors such as Costa Filho (2021), Bisol (2020), Entman (1993), and Correia (2011), the study discusses communicative citizenship, media's social responsibility, and the concept of framing. The results indicate that the coverage balanced the prominence of the individual account with the reproduction of institutional information, partially expanding the plurality of voices and demonstrating the potential of local journalism in promoting human rights.

Keywords: Local journalism, Human rights, News framing, People with disabilities.

Introdução

A mídia exerce papel fundamental na construção social de sentidos sobre acontecimentos que envolvem direitos humanos e políticas públicas. Sua atuação pode reforçar desigualdades, ao invisibilizar grupos marginalizados, ou ampliar o debate, ao dar voz a sujeitos historicamente silenciados. Em Governador Valadares (MG), o portal *O Olhar* publicou, em 14 de maio de 2025, reportagem sobre um paciente surdo que denunciou falhas de comunicação e acessibilidade em uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA)⁶. O episódio, levado à Câmara Municipal e amplificado por entidades da comunidade surda, transformou-se em pauta de debate político e social na cidade, revelando tensões entre a legislação vigente, as práticas institucionais e a experiência cotidiana de grupos historicamente excluídos.

O presente estudo analisa essa cobertura, buscando compreender quais enquadramentos narrativos foram mobilizados e em que medida eles reforçam ou limitam a pluralidade de vozes no debate público sobre acessibilidade na saúde. Para isso, dialoga-se com aportes teóricos que discutem cidadania comunicativa (Costa Filho, 2021), responsabilidade social da mídia (Bisol, 2020) e enquadramento jornalístico (Entman, 1993), além de contribuições metodológicas de Bardin (2011), Correia (2011) e Herscovitz (2007).

A metodologia adotada é a análise de conteúdo qualitativa, de caráter descritivo e interpretativo, tendo como unidade de análise a reportagem publicada pelo portal *O Olhar*. A estrutura do artigo organiza-se em quatro seções: fundamentação teórica, desenvolvimento do tema (com análise do material empírico), considerações finais e referências.

1 Fundamentação teórica

A análise das representações midiáticas sobre pessoas com deficiência, especialmente no contexto do acesso à saúde pública, exige uma abordagem que considere a comunicação como direito humano fundamental e como dimensão constitutiva da cidadania. Costa Filho (2021) desenvolve o conceito de cidadania comunicativa, defendendo que a participação social no campo comunicacional é tão importante

⁶ (Costa, 2025). Disponível em: <https://oolhar.com.br/paciente-surdo-relata-dificuldade-de-atendimento-na-upa-de-valadares/>. Acesso em: 25 ago. 2025.

quanto em outras esferas da vida pública, pois dela depende a visibilidade de grupos sociais, a circulação de narrativas plurais e a possibilidade de reivindicar direitos. No caso da comunidade surda, a ausência de recursos como intérpretes de Libras (linguagem brasileira de sinais) ou legendas não significa apenas uma barreira técnica: trata-se de uma violação de cidadania comunicativa, já que limita a autonomia desses sujeitos e restringe seu acesso ao debate público.

Essa perspectiva conecta-se ao princípio da responsabilidade social da mídia, discutido por Bisol (2020), para quem os meios de comunicação não podem se limitar à reprodução factual, mas devem assumir compromisso ético com a inclusão e com a visibilidade de grupos historicamente marginalizados. Em um contexto marcado por desigualdades, a forma como a mídia noticia episódios de exclusão ou de violação de direitos pode tanto reforçar estigmas quanto impulsionar práticas de transformação social. Assim, reportagens que centralizam a experiência de sujeitos surdos, como no caso da personagem surda da reportagem que é objeto desta pesquisa, cumprem função essencial de trazer à esfera pública um problema coletivo que, de outro modo, poderia permanecer invisível.

A maneira como esses episódios são narrados e enquadrados remete ao conceito de *framing*, sistematizado por Entman (1993). O enquadramento, segundo ele, envolve selecionar aspectos da realidade e torná-los mais salientes, oferecendo ao público interpretações causais, avaliações morais e recomendações de tratamento. No caso analisado, a escolha de enquadrar a experiência do paciente não apenas como episódio individual, mas como indício de falhas estruturais na acessibilidade da saúde pública, amplia o alcance da denúncia. Esse tipo de enquadramento conecta a narrativa pessoal a dimensões políticas e legais, como as leis que reconhecem a Libras e asseguram direitos às pessoas com deficiência, e, ao fazê-lo, fortalece o potencial crítico do jornalismo local.

A cobertura jornalística, entretanto, não é neutra nem automática. Correia (2011) destaca que o jornalismo regional/local desempenha papel singular como elo entre acontecimentos globais e realidades comunitárias, mas esse papel está sempre condicionado por rotinas produtivas, proximidades institucionais e contextos sociopolíticos. A análise de conteúdo, nesse sentido, possibilita compreender como os discursos jornalísticos organizam-se em torno de padrões narrativos recorrentes, revelando tanto o que é dito quanto o que é silenciado. Esse ponto é essencial para o estudo da reportagem sobre a UPA de Governador Valadares, pois evidencia como a inclusão da voz do paciente e da comunidade surda rompeu, ainda que parcialmente, com o padrão de centralidade das fontes institucionais, prática frequentemente associada ao chamado “jornalismo de gabinete” (Silva, 2012).

Antecipando uma discussão metodológica, de acordo com Herscovitz (2007) a análise de conteúdo em jornalismo deve atentar não apenas para os elementos explícitos do texto, mas também para as omissões e silenciamentos que estruturam a narrativa. No caso da reportagem do *O Olhar*, a presença de legendas no vídeo exibido na Câmara Municipal e a decisão editorial de destacar falas do paciente surdo representam escolhas discursivas que valorizam a acessibilidade e a inclusão. Por outro lado, a ausência de especialistas em políticas de saúde ou de representantes do Ministério Público na cobertura indica que o enquadramento, ainda que inovador na centralidade conferida ao paciente, manteve limitações na diversidade de fontes.

A conexão entre cidadania comunicativa (Costa Filho, 2021), responsabilidade social da mídia (Bisol, 2020) e *framing* (Entman, 1993) permite entender que a cobertura midiática de casos como esse não é apenas relato, mas processo de mediação cultural. O jornalismo decide quem terá voz, que interpretações serão priorizadas e quais

soluções serão apresentadas como viáveis. Ao trazer a experiência de um paciente surdo à esfera pública, a mídia não apenas narrou uma dificuldade de atendimento, mas colocou em debate a necessidade de formação de servidores, o uso de tecnologias assistivas e a urgência de políticas de acessibilidade em saúde.

No campo local, isso ganha contornos ainda mais relevantes. Como observa Correia (2011), a imprensa regional é atravessada por proximidades sociais e políticas que podem tanto favorecer a reprodução acrítica de discursos oficiais quanto abrir espaço para agendas de interesse público negligenciadas por instâncias nacionais. A visibilidade concedida ao caso do paciente surdo, ao ser articulada a projetos legislativos em tramitação na Câmara Municipal de Governador Valadares, exemplifica como o jornalismo local pode assumir função cidadã ao conectar experiências individuais a debates institucionais e coletivos.

Em síntese, a fundamentação teórica deste estudo aponta para três eixos principais: (I) a comunicação como direito e expressão de cidadania (Costa Filho, 2021); (II) a responsabilidade ética da mídia em promover inclusão e pluralidade (Bisol, 2020); e (III) os enquadramentos jornalísticos como mecanismos de mediação de sentidos (Entman, 1993), observados à luz das práticas e condicionantes do jornalismo regional (Correia, 2011). Esses referenciais permitem compreender que a cobertura do *O Olhar* sobre o paciente surdo não se limita à denúncia, mas constitui um momento de disputa simbólica em torno da acessibilidade e dos direitos das pessoas com deficiência, evidenciando as potencialidades e os limites do jornalismo local como mediador de direitos humanos.

2 Metodologia

Este estudo adota a análise de conteúdo (AC) como método de investigação, conforme proposto por Bardin (2011), Correia (2011) e Herscovitz (2007). A AC permite examinar sistematicamente as mensagens midiáticas, identificando padrões, recorrências, omissões e silêncios, bem como compreendendo os sentidos que emergem das escolhas editoriais. Embora o *corpus* seja restrito a uma única reportagem publicada pelo portal *O Olhar*, em maio de 2025 (Costa, 2025), tal delimitação possibilitou explorar em profundidade um caso emblemático de como o jornalismo local enquadra a questão dos direitos das pessoas com deficiência na saúde pública.

Segundo Correia (2011), a análise de conteúdo em jornalismo deve considerar que os textos midiáticos não são meros espelhos da realidade, mas construções discursivas que carregam interpretações, valores e perspectivas. A proposta de Herscovitz (2007) complementa esse entendimento ao destacar que a AC em jornalismo pode captar tanto elementos explícitos, como a seleção de fontes e a forma de organização da narrativa, quanto implícitos, como silenciamentos e lacunas. Assim, é possível desenvolver uma análise qualitativa voltada para os modos de mediação adotados pelo veículo.

2.1 Codificação e categorias operacionais

Para orientar o processo analítico, foram definidas três categorias operacionais, adaptadas ao objeto de estudo:

1. Centralidade institucional: reportagens que priorizam o discurso oficial (instituições públicas, gestores ou entidades responsáveis), reproduzindo falas e notas de esclarecimento como principais fontes.
2. Centralidade da experiência individual: textos que enfatizam o relato de pessoas

diretamente afetadas, conferindo protagonismo às suas narrativas e experiências.

3. Pluralidade de vozes: matérias que articulam, de forma equilibrada, fontes institucionais, experiências individuais e especialistas ou atores sociais (como representantes de entidades de defesa de direitos), de modo a ampliar a compreensão da questão abordada.

Essas categorias não pretendem esgotar as possibilidades analíticas, mas servem como guia para identificar como se distribui a atenção do jornalismo entre instituições, indivíduos e coletividades. No caso do *corpus* em questão, a codificação permite verificar de que forma o episódio narrado em *O Olhar* foi enquadrado: se como uma ocorrência isolada, como uma falha sistêmica ou como parte de um debate mais amplo sobre acessibilidade na saúde.

2.2 Etapas do processo analítico

O processo metodológico seguiu as três etapas propostas por Bardin (2011) e retomadas por Correia (2011):

1. Pré-análise – organização do *corpus* (a reportagem em sua íntegra), leitura flutuante e definição preliminar das categorias de análise, em consonância com o referencial teórico.
2. Exploração do material – codificação da reportagem, com identificação das fontes mobilizadas, da centralidade conferida a cada uma delas e dos enquadramentos narrativos predominantes.
3. Tratamento e interpretação dos resultados – análise interpretativa do material, buscando compreender como a cobertura articula os discursos de instituições públicas, da comunidade surda e de representantes políticos, e quais são as implicações dessas escolhas para a visibilidade dos direitos das pessoas com deficiência na esfera pública local.

2.3 Justificativa do recorte

A escolha por analisar uma única reportagem justifica-se pela relevância simbólica do caso. O episódio ganhou destaque na Câmara Municipal, envolveu atores da sociedade civil organizada, como a Associação dos Surdos de Governador Valadares (Asugov), trouxe à tona legislações federais de acessibilidade e gerou respostas institucionais. Assim, ainda que limitado em extensão, o *corpus* permite observar com nitidez os mecanismos de enquadramento jornalístico e suas implicações para a cidadania comunicativa da comunidade surda.

3 Desenvolvimento do tema

A análise da reportagem publicada pelo portal *O Olhar* em 14 de maio de 2025 (Costa, 2025) permite compreender como os enquadramentos jornalísticos moldam a percepção pública sobre acessibilidade e direitos da comunidade surda no contexto da saúde pública. A partir das três categorias operacionais definidas – centralidade institucional, centralidade da experiência individual e pluralidade de vozes – é possível observar de que maneira a narrativa articula vozes oficiais, relatos pessoais e repercussões sociais e políticas.

A primeira categoria diz respeito ao predomínio das fontes oficiais, em especial da

Beneficência Social Bom Samaritano (BSBS), entidade responsável pela gestão da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) mencionada na denúncia. O texto jornalístico dedica amplo espaço à nota da instituição, reproduzindo informações administrativas e justificativas técnicas sobre o atendimento prestado ao paciente. O detalhamento da triagem e do tempo de espera segundo o Protocolo de Manchester (“o paciente deu entrada na unidade às 11h42... foi atendido às 15h34...”) exemplifica o que Entman (1993) denomina de enquadramento causal, ou seja, a atribuição de razões técnicas para explicar a situação relatada.

Esse tipo de centralidade reflete a tendência identificada por Correia (2011), segundo a qual a imprensa regional frequentemente atua como mediadora das agendas institucionais, privilegiando as versões oficiais em detrimento de perspectivas alternativas. Ao reproduzir o posicionamento da UPA sem tensioná-lo criticamente, a cobertura aproxima-se do que Silva (2012) define como limitação da função cidadã do jornalismo, uma vez que restringe a pluralidade de interpretações possíveis sobre a questão da acessibilidade.

Em contraste, a segunda categoria evidencia a força narrativa do relato pessoal do paciente surdo. Seu depoimento ocupa espaço de destaque na reportagem, construído em primeira pessoa e marcado pela emoção e pela denúncia direta: “Expliquei que era surdo e precisava ser chamado na minha língua, a Libras (...) vi todos os ouvintes sendo atendidos, e eu não”. Esse relato não apenas humaniza a cobertura, mas também dá visibilidade a uma violação concreta de direitos, tal como previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015).

A ênfase na experiência individual conecta-se à noção de cidadania comunicativa formulada por Costa Filho (2021), que defende a centralidade da voz dos sujeitos historicamente marginalizados no processo comunicacional. Ao permitir que o paciente narre sua própria experiência, o portal rompe parcialmente a lógica do “jornalismo de gabinete” (Silva, 2012), oferecendo ao público uma perspectiva que revela silêncios institucionais e expõe as barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência auditiva nos serviços públicos de saúde.

A terceira categoria refere-se à inclusão de múltiplos atores na narrativa jornalística, ampliando a cobertura para além da oposição binária entre paciente e instituição. A reportagem destaca a atuação da Asugov, a repercussão política na Câmara Municipal e os projetos de lei apresentados por vereadores para garantir atendimento em Libras no sistema de saúde. Essa dimensão conecta o episódio individual a uma pauta coletiva e estrutural, em sintonia com o que Bisol (2020) identifica como responsabilidade social da mídia: a obrigação de contextualizar os problemas, apontando suas implicações sociais e políticas mais amplas.

Além disso, ao registrar iniciativas como a criação de um projeto de lei e a introdução de intérpretes de Libras nas sessões legislativas, o veículo evidencia que o jornalismo pode desempenhar papel de mediador cultural (Silva, 2012), aproximando demandas da comunidade surda das instâncias políticas locais. Tal pluralidade de vozes demonstra o potencial transformador do enquadramento jornalístico quando ele se afasta da mera reprodução das versões oficiais e integra diferentes sujeitos ao debate público.

Em conjunto, as três categorias revelam que a reportagem do *O Olhar* oscilou entre a reprodução de discursos institucionais e a abertura para experiências individuais e coletivas de sujeitos historicamente invisibilizados. A análise mostra como o enquadramento pode tanto reforçar a narrativa oficial (quando centraliza justificativas técnicas da UPA) quanto pluralizar vozes e favorecer o exercício da cidadania

comunicativa (quando prioriza o depoimento do paciente e amplia o debate político).

Assim, confirma-se a leitura de Entman (1993) de que o enquadramento é uma ferramenta capaz de organizar interpretações causais, avaliações morais e propostas de solução, influenciando a forma como o público compreende determinado problema social. Ao mesmo tempo, verifica-se a pertinência da crítica de Costa (2005) e Correia (2011), que apontam a vulnerabilidade do jornalismo local à dependência de fontes institucionais, mas também seu potencial de mediação democrática quando inclui múltiplas vozes.

Essas observações foram sistematizadas no Quadro 1, que sintetiza as três categorias operacionais de análise, descreve seus indicadores e apresenta fragmentos da reportagem que exemplificam cada uma delas:

Categoria	Descrição	Indicadores de análise	Fragmentos/contextos da reportagem
Centralidade institucional	Predomínio de fontes oficiais e reprodução de posicionamentos de gestores públicos e instituições.	<ul style="list-style-type: none"> - Fala de autoridades públicas; - Ênfase em notas oficiais e dados administrativos; - Ausência de questionamento crítico. 	<ul style="list-style-type: none"> - “Segundo a instituição, o paciente deu entrada na unidade no dia 8 de maio às 11h42 (...) foi atendido às 15h34 e recebeu alta às 16h14.” - “A BSBS também explicou que, em unidades de urgência e emergência, os pacientes com classificação amarela ou vermelha são atendidos com prioridade.” - “Além disso, está em andamento um projeto de inclusão de Libras na unidade.”
Centralidade da experiência individual	Ênfase no relato do paciente surdo como sujeito de direitos, conferindo protagonismo à sua vivência.	<ul style="list-style-type: none"> - Depoimentos em primeira pessoa; - Narração detalhada do ocorrido; - Valorização da experiência vivida. 	<ul style="list-style-type: none"> - “Expliquei que era surdo e precisava ser chamado na minha língua, a Libras. Fiz a ficha e fiquei esperando.” - “Vi todos os ouvintes sendo atendidos, e eu não.” - “É perigoso até o médico receitar um remédio errado por falta de comunicação.”
Pluralidade de vozes	Inclusão equilibrada de múltiplas perspectivas (sujeitos afetados, instituições, atores)	<ul style="list-style-type: none"> - Depoimento do paciente; - Nota oficial da UPA; 	<ul style="list-style-type: none"> - “O cidadão [...] esteve na Câmara Municipal de Governador Valadares, acompanhado por membros da Asugov.”

	políticos e sociedade civil).	- Referência às leis; - Projetos políticos em tramitação.	<p>- “Ela informou que apresentou um projeto de lei (...) tornando obrigatório o atendimento em Libras nas unidades de saúde do SUS em Governador Valadares.”</p> <p>- “Por requerimento da vereadora Sandra Perpétuo (PT), a Câmara Municipal passará a contar com um intérprete de Libras durante as sessões do plenário.”</p>
--	-------------------------------	---	--

Quadro 1 – Categorias operacionais de análise e fragmentos da reportagem sobre a acessibilidade na UPA de Governador Valadares

Fonte: Elaborada pelos autores

A análise das três categorias revela que a reportagem do *O Olhar* equilibrou, de forma tensa, dois movimentos distintos: de um lado, a reprodução de discursos institucionais, ancorada na nota oficial da Beneficência Social Bom Samaritano (BSBS); de outro, a valorização da experiência direta do paciente surdo e a incorporação de atores políticos e associativos ao debate.

Esse duplo movimento evidencia o que Entman (1993) descreve como a disputa pelos enquadramentos: a instituição buscou enquadrar o episódio como questão técnica e administrativa, enquanto o paciente e os parlamentares o reposicionaram como problema de direitos humanos e de acessibilidade. O jornalismo, ao mediar essas vozes, organizou o campo interpretativo em torno de duas narrativas concorrentes – a da normalidade institucional e a da violação de direitos.

À luz de Costa Filho (2021), a presença da voz do paciente pode ser lida como exercício de cidadania comunicativa, ao garantir visibilidade a sujeitos historicamente invisibilizados. Contudo, como aponta Correia (2011), a forte dependência das versões oficiais mostra a vulnerabilidade da imprensa local às agendas institucionais, limitando sua função crítica.

Por outro lado, ao incluir a atuação da Asugov e os projetos de lei apresentados na Câmara Municipal, a reportagem aproxima-se do que Bisol (2020) define como responsabilidade social da mídia, contextualizando o caso individual em uma pauta coletiva e política. Nesse sentido, a narrativa jornalística não apenas relata um episódio, mas o reinsere em uma discussão mais ampla sobre inclusão, acessibilidade e políticas públicas.

Em síntese, o estudo mostra que o enquadramento adotado pelo *O Olhar* oscilou entre o “jornalismo de gabinete” (Silva, 2012), quando reproduz justificativas técnicas da instituição de saúde, e a prática cidadã, quando valoriza a experiência do paciente e conecta o episódio à agenda política local. Essa oscilação confirma tanto as limitações quanto as potencialidades do jornalismo regional como mediador cultural, reforçando a necessidade de ampliar a pluralidade de vozes para consolidar a função social da comunicação na defesa dos direitos humanos.

Conclusão

A análise da reportagem do portal *O Olhar* sobre a dificuldade de atendimento vivida por um paciente surdo na UPA de Governador Valadares evidencia tanto avanços quanto limitações do jornalismo local diante de pautas relacionadas aos direitos humanos e à inclusão. O estudo demonstrou que, ao dar protagonismo ao relato do paciente e articular a denúncia a marcos legais e iniciativas legislativas em curso, a cobertura constituiu exemplo de prática jornalística socialmente responsável, ainda que marcada por contradições. Tal postura aproxima-se do que Bisol (2020) define como responsabilidade social da mídia e do conceito de cidadania comunicativa formulado por Costa Filho (2021).

A pluralidade de vozes identificada (paciente, instituição de saúde e atores políticos) representa um esforço de mediação que vai além da simples reprodução de versões oficiais, contribuindo para a construção de um debate público mais qualificado. Contudo, a centralidade conferida à nota da Beneficência Social Bom Samaritano revela o peso que discursos de autoridade ainda exercem na narrativa, confirmando a advertência de Entman (1993) de que enquadramentos reforçam determinadas interpretações em detrimento de outras.

Essas conclusões resultam da aplicação da análise de conteúdo qualitativa, de caráter descritivo e interpretativo (Correia, 2011; Herscovitz, 2007), que possibilitou identificar tanto os enquadramentos predominantes quanto os silêncios e omissões presentes no material. Nesse sentido, observa-se que a cobertura cumpre papel relevante ao dar visibilidade a sujeitos historicamente marginalizados, mas também evidencia os desafios de consolidar práticas jornalísticas mais firmemente comprometidas com a diversidade de perspectivas e com a ampliação do espaço público.

Em síntese, o caso analisado reforça que o jornalismo regional pode desempenhar papel fundamental na promoção de práticas inclusivas e na defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Ao mesmo tempo, mostra que, em cidades de porte médio como Governador Valadares, a proximidade entre imprensa e poder público favorece tanto a reprodução de narrativas oficiais quanto a abertura, ainda incipiente, para a escuta das vozes diretamente afetadas. O estudo, portanto, sublinha a relevância de pesquisas críticas sobre jornalismo local e inclusão, como forma de subsidiar práticas mais éticas, plurais e cidadãs.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BISOL, Laísa Veroneze. Responsabilidade social da mídia. In: JUSKI, Juliane do Rocio; BISOL, Laísa Veroneze; SILVA, Fernando Lopes da; et al. **Crítica da Mídia**. Porto Alegre: SAGAH, 2020. p. 45-58.

CORREIA, João Carlos. **O admirável Mundo das Notícias**: Teorias e Métodos. Covilhã: LabCom Books, 2011.

COSTA, Cláudia Maria Pereira da. Influência da comunicação municipal na imprensa regional. **Comunicação e Sociedade**, [S. l.], v. 8, p. 73–82, 2005. Disponível em: <https://revistacomsoc.pt/index.php/revistacomsoc/article/view/1320>. Acesso em: 14 ago. 2025.

COSTA, Andréa. Paciente surdo relata dificuldade de atendimento na UPA de

Valadares. **O Olhar**, Governador Valadares, 14 maio 2025. Disponível em: <https://oolhar.com.br/paciente-surdo-relata-dificuldade-de-atendimento-na-upa-de-valadares/>. Acesso em: 18 ago. 2025.

COSTA FILHO, Ismar Capistrano. Cidadania Comunicativa: a participação social no direito à comunicação. In: SILVA, Denise Teresinha da; BASTOS, Pablo Nabarrete; MIANI, Rozinaldo Antonio; SILVA, Suelen de Aguiar (orgs). **Comunicação para a Cidadania**: 30 anos em luta e construção coletiva. São Paulo: Intercom; Gênio Editorial, 2021. p. 133-157.

ENTMAN, Robert M. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51–58, dez. 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01304.x>. Acesso em: 13 ago. 2025.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 123-142.